

LEGISLATIVO AGORA

NATAL/RN, QUARTA-FEIRA, 08 A 14 DE ABRIL DE 2020 | EDIÇÃO Nº 16 | ANO 2 | 12.500 EXEMPLARES
Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

Enfrentamento 02 e 03

Deputados fazem remanejamentos e reforçam a saúde

Parlamentares têm pautado suas ações na prevenção da doença. Foco é combater a propagação do novo coronavírus

Recursos 04 e 05

Presidente anuncia R\$ 2 milhões para a saúde potiguar

Apoio financeiro nas ações de combate à Covid-19 é fundamental para o amplo funcionamento de UTIs

On line 06 e 07

Escola da Assembleia mantém atividades

São 29 cursos na modalidade Educação à Distância, e que atendem a recomendação de isolamento social

Prevenção 12 e 13

AL tem primeira sessão virtual da história

Pela internet, deputados debateram e apresentaram projetos sem precisar sair de casa



Comissão 08 e 09

Assembleia do RN contra a Covid-19

Missão é acompanhar e fiscalizar as ações do governo estadual referentes ao decreto de calamidade pública, assim como também encaminhar Projetos de Lei ao Legislativo

Enfrentamento

Deputados centralizam proposições para prevenir e combater a Covid-19

Parlamentares potiguares têm pautado suas ações para a prevenção da doença e o enfrentamento ao novo coronavírus, principalmente com requerimentos na Assembleia Legislativa, notadamente com a destinação de mais recursos para a saúde

João Gilberto



Impedir a disseminação do novo coronavírus em território potiguar tornou-se a missão prioritária dos deputados estaduais, que estão remanejando recursos para que a área da saúde tenha condições de enfrentar o problema

Diante da pandemia do coronavírus, principalmente das primeiras mortes causadas pela doença no Rio Grande do Norte, os parlamentares potiguares têm pautado suas ações no combate à Covid-19. Nas últimas semanas, esta tem sido a tônica dos projetos e requerimentos na Assembleia Legislativa, notadamente com a destinação de recursos para a saúde.

Além do anúncio feito pelo presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), que

trata do apoio financeiro da AL no valor de R\$ 2 milhões para funcionamento de leitos de UTI no Hospital da Polícia Militar, em Natal, e aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os profissionais da saúde, os deputados estão remanejando emendas parlamentares individuais no Orçamento Geral do Estado (OGE), priorizando a área da saúde, para que ela receba insumos e medicamentos.

O remanejamento das emendas para fortalecer o sistema de

saúde no estado foi uma iniciativa de vários deputados, totalizando mais de R\$ 10 milhões.

Isolda Dantas (PT) remanejou R\$ 1,5 milhão para a compra de respiradores, EPIs e insumos hospitalares. Outros deputados já haviam anunciado o mesmo, como Hermano Morais (PSB), que destinou todas as suas emendas parlamentares para a área da saúde, no valor de R\$ 2 milhões.

O deputado Kelps Lima (SDD) optou por destinar recur-

sos para a capital potiguar, com o repasse de R\$ 500 mil para a compra de insumos e equipamentos para o Hospital de Natal.

Eudiane Macedo (Republicanos) também destinou R\$ 500 mil para Natal. Já Allyson Bezerra (SDD), destinou R\$ 1 milhão para a compra de respiradores e insumos para os hospitais.

Outro exemplo é o deputado Kleber Rodrigues (PL), que remanejou cerca de R\$ 1,5 milhão para a rubrica da saúde, assim como o deputado George Soares

(PL), que remanejou R\$ 1,9 milhão para ajudar nos recursos da saúde em várias ações como custeio, aquisição de material, construção de obras na saúde e apoio a programas já iniciados de combate ao coronavírus.

Ainda no tocante à destinação de recursos para a saúde, o deputado Vivaldo Costa (PSD) remanejou a totalidade de suas emendas ao OGE, R\$ 2 milhões, e o deputado Nélder Queiroz (MDB) anunciou o remanejamento de R\$ 500 mil para o mesmo fim.



João Gilberto

Reforço ao enfrentamento

Em paralelo, outros pleitos e sugestões têm sido encaminhados. É o caso do deputado Francisco do PT, que solicitou ao Governo a contratação das oficinas de confecções para a fabricação de EPIs para os servidores da saúde.

Ubaldo Fernandes (PL) apresentou projeto de lei que autoriza o uso da telemedicina enquanto durar o estado de calamidade pública.

O deputado Souza (PSB), que preside a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Pesqueiro e Aquícola, busca junto à bancada federal que a renda familiar emergencial aprovada pela Câmara e Senado possa também incluir os pescadores. Além da flexibilização para pagamento de empréstimos junto a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte, ele propôs a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino.

Kleber Rodrigues sugeriu que pessoas em situação de rua possam ser abrigadas na área do antigo Aeroclube de Natal.

A fim de reforçar os estoques de sangue do Hemonorte, a deputada Cristiane Dantas (SDD) lançou uma campanha em suas redes sociais para estimular a doação nos postos de coleta.

Tomba Farias (PSDB) reforça a necessidade da implantação de 10 leitos de UTI e 50 de semi-UTI no Hospital da PM. O recurso (R\$ 4 milhões) seria oriundo de parte do montante do decreto de calamidade pública aprovado pela Assembleia.

O deputado Dr. Bernardo (Avante) reuniu médicos e empresários e mobilizou leitos hospitalares em Mossoró. Ele sugere que o Hospital Rafael Fernandes, referência em doenças infectocontagiosas, seja otimizado, assim como os leitos do Hospital Regional Tarcísio Maia.

Mais recursos para a aquisição de medicamentos e equipamentos de proteção e cuidado com a população mais necessitada estão entre as prioridades dos parlamentares

Recursos

Presidente da Assembleia anuncia R\$ 2 milhões para a saúde potiguar

Apoio financeiro da Assembleia Legislativa nas ações de combate ao novo coronavírus contempla recursos fundamentais para o amplo funcionamento dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital da Polícia Militar, em Natal

O combate ao coronavírus no Rio Grande do Norte recebe um apoio financeiro de R\$ 2 milhões, anunciado pelo presidente da Assembleia Legislativa. O objetivo é evitar a disseminação da Covid-19. Em seu pronunciamento - exibido nas redes sociais do Legislativo - o deputado Ezequiel Ferreira (PSDB) comentou a pandemia e os efeitos no mundo, dirigindo as ações aos norte-rio-grandenses.

“O mundo vive a maior crise dos últimos tempos por causa do novo coronavírus. A sociedade merece ações responsáveis e rápidas no combate à pandemia e por

isso, como presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, juntamente com os 24 deputados estaduais e servidores, anunciamos a destinação de 2 milhões e 90 mil reais para leitos de UTI do Hospital da Polícia Militar e milhares de equipamentos de proteção individual para atender os profissionais de saúde, segurança e a população nos hospitais regionais, referenciados para a Covid-19”, destacou.

O apoio financeiro da Assembleia Legislativa nas ações de combate ao novo coronavírus contempla recursos fundamentais para

o amplo funcionamento dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital da Polícia Militar, em Natal. Os leitos receberão pacientes em tratamento da doença.

A liberação do funcionamento das UTIs ocorre no momento em que a Assembleia, Governo do Estado, poderes e instituições atuam em parceria na ampliação de leitos nas unidades hospitalares do Estado.

O presidente da Assembleia Legislativa reafirma a importância da medida urgente, com aporte financeiro feito de maneira imediata pelo Legislativo. “O Legislativo se une no combate

ao novo coronavírus com ações parlamentares e com todo esforço no Poder Legislativo. Reduzimos as despesas e suspendemos temporariamente os projetos, dando condições para o apoio financeiro que irá garantir mais leitos de UTI e equipamentos de segurança fundamentais para a saúde da população”, apontou Ezequiel.

Além do suporte financeiro, os deputados da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte destinaram emendas para a saúde. Juntos, eles solicitaram mais de 30 requerimentos e se solidarizaram com a população.

“O mundo vive a maior crise dos últimos tempos por causa do novo coronavírus. A sociedade merece ações responsáveis e rápidas no combate à pandemia”

Ezequiel Ferreira

Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

Eduardo Maia



Além do suporte financeiro, os deputados da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte destinaram emendas para a saúde. Juntos, eles solicitaram mais de 30 requerimentos e se solidarizaram com a população

Eduardo Maia



Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado estadual Ezequiel Ferreira anunciou na semana passada o repasse de R\$ 2 milhões para a saúde potiguar. Foco é combater o novo coronavírus

On line

Escola da Assembleia mantém atividades na modalidade de Educação

Ao todo, a Escola da Assembleia está oferecendo 29 cursos em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro. Dentre eles, destaque para o curso “Excelência no Atendimento”. Capacitação pela internet atende recomendação de isolamento social

Em conformidade com as recomendações de isolamento social diante da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), a Escola da Assembleia está ofertando vários cursos online. As aulas presenciais estão suspensas, mas para quem deseja se capacitar, a escola continua levando conhecimento.

“No momento, estamos disponibilizando 29 cursos em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). É uma ótima oportunidade para aqueles que querem aproveitar o tempo ocioso estudando”, afirma o diretor da Escola, professor João Maria de Lima.

A carga horária varia de 10h a 60h, e os cursos versam sobre variados temas. Para aqueles que estão se preparando para prestar concursos, estão disponíveis, por exemplo, cursos como “Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico”, “Introdução ao Direito Constitucional” e “Introdução ao Direito do Consumidor”. Basta acessar o link: <http://www.al.rn.gov.br/portal/escola/p/cursos-ead>.

Dentre os 29 cursos que a Escola da Assembleia está ofertando, em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro, destaca-se o curso on line “Excelência no Atendimento”. Disponível para toda a comunidade, o curso é gratuito, tem carga horária de 20h e duração de até 60 dias.

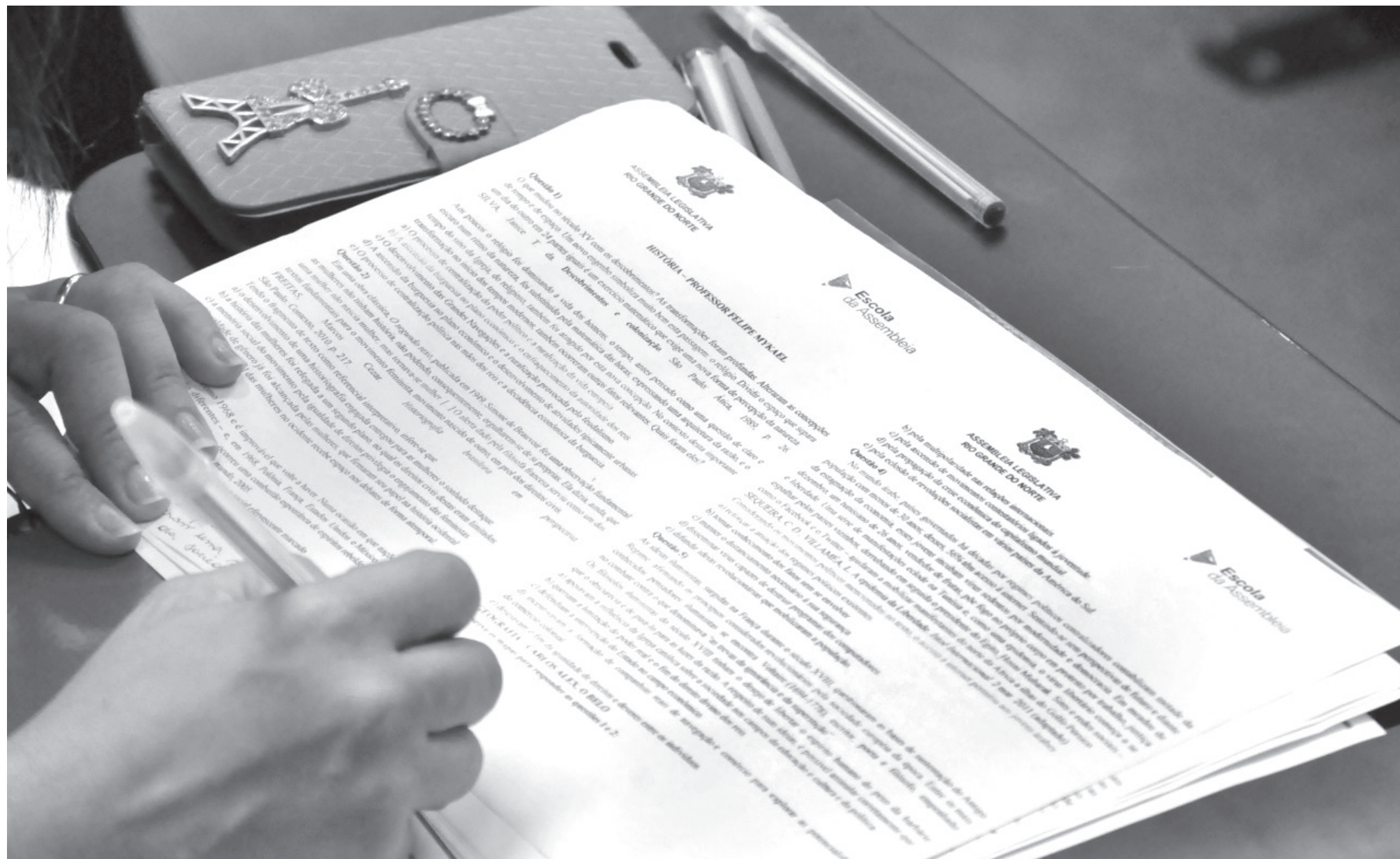
Com ele é possível aprender sobre o atendimento ao público com a perspectiva da excelência e qualidade do trabalho - uma ótima maneira de otimizar o tempo para desenvolver habilidades pessoais.

A inscrição está disponível no link: <https://saberes.senado.leg.br/login/index.php>.



Reprodução

A capacitação pela internet, por meio de cursos on line, atende a todas as recomendações de isolamento social, medida necessária para coibir a proliferação da Covid-19



Com a manutenção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os profissionais da Escola da Assembleia continuam empenhados em ajudar os estudantes a conquistarem o tão sonhado acesso ao ensino superior

Conexão Enem

O Ministério da Educação manteve as datas de aplicação das provas do Exame Nacional do Ensino Médio 2020 (Enem). E para ajudar os estudantes que se preparam para o Exame Nacional do Ensino Médio durante esse período de isolamento social, a Assembleia Legislativa, por meio da Escola da Assembleia e da TV Assembleia, vai disponibilizar todas as aulas do Projeto Conexão Enem no YouTube.

O Conexão Enem é um projeto de educação da

Assembleia Legislativa voltado para estudantes que se preparam para o Exame Nacional do Ensino Médio e exibe, ao vivo pela TV Assembleia, as aulas e debates de assuntos pertinentes ao processo seletivo. No canal da TV Assembleia Legislativa no YouTube, estão disponíveis todas as aulas do projeto.

Para reforçar o conteúdo, também serão reprisadas pela TV Assembleia, no canal aberto 51.3, as aulas da quinta temporada do Conexão Enem que foram exibidas em 2019.

De acordo com o professor João Maria de Lima, diretor da Escola da Assembleia, em virtude da paralisação das aulas, em função da pandemia, a Assembleia Legislativa está disponibilizando uma ferramenta que será uma oportunidade para que os estudantes possam manter os estudos e a preparação para o Exame.

“Como o recesso escolar se estende, pelo menos até 23 de abril, com mais de um mês sem aula na rede pública, vamos disponibilizar no canal

da TV Assembleia todas as aulas do Conexão Enem, em ordem cronológica, para que os estudantes possam ter acesso, via canal do YouTube. Para aqueles estudantes que não têm acesso à internet, vamos reprisar também na televisão”, explicou o professor.

O Conexão Enem já rendeu excelentes frutos aos alunos que acompanharam as aulas pela TV Assembleia e também aos que participaram dos aulões presenciais. O projeto pensado pela atual Mesa Diretora da Assembleia

Legislativa aborda diversos temas e disciplinas com conteúdo programático preparado por professores experientes, que ajudam alunos a se preparar para o processo seletivo mais importante de acesso às universidades.

Nos últimos seis anos, por cinco vezes, o tema da redação do Exame foi debatido nas aulas do Conexão Enem - o que demonstra a capacidade e interação dos professores com as abordagens e temáticas do certame.

Combate

Comissão age e monitora ao novo coronavírus no

Missão dos parlamentares é acompanhar e fiscalizar as ações do Governo do RN referentes ao decreto de calamidade pública, bem como o encaminhamento de Projetos de Lei ao Legislativo Estadual

A Comissão de Enfrentamento ao Coronavírus da Assembleia Legislativa do RN, criada em sessão extraordinária, vem trabalhando constantemente na fiscalização e implementação de medidas de combate à Covid-19.

Composta pelos deputados Francisco do PT, Sandro Pimentel (PSOL), Dr. Bernardo (Avante), Kelps Lima (SDD), Getúlio Rêgo (DEM) e Tomba Farias (PSDB), a comissão tem por funções o acompanhamento e a fiscalização das ações do Governo do RN referentes ao decreto de calamidade pública, bem como o encaminhamento de Projetos de Lei ao Legislativo Estadual.

Os membros da Comissão têm se reunido, através de videoconferências, para tratar de uma série de sugestões e requerimentos. Na reunião da última sexta-feira (3), os parlamentares debateram sobre a solicitação de cópia de documentos com informações acerca da contratação do Hospital de Campanha montado no Arena das Dunas.

De acordo com os deputados, o acompanhamento da contratação é motivado pela abertura de processo investigatório pelo Ministério Público Estadual. A solicitação foi assinada pelo presidente da Comissão, o deputado Kelps Lima (SDD).

Nesta segunda-feira (6), os membros da Comissão

fizeram mais uma reunião virtual, essa com a presença do secretário estadual de Saúde Cipriano Maia. Na ocasião, foram feitos questionamentos ao secretário sobre o Hospital de Campanha na Arena das Dunas e seus custos. O secretário disse que tudo está sendo feito com base em estudos técnicos e com acompanhamentos dos órgãos de controle.

Cipriano Maia falou ainda que seriam necessários R\$ 300 milhões para suprir as demandas de leitos e estrutura para suportar as consequências da Covid-19 no estado. “O RN não tem esses recursos, por isso contamos com o apoio integrado dos poderes e do governo federal para passarmos por essa pandemia. Na situação atual, há uma previsão de colapso na Saúde a partir do próximo mês”, disse o secretário.

De acordo com Kelps Lima, presidente da comissão, há o risco de faltarem recursos. “Há um risco muito real de faltarem recursos e infraestrutura caso a disseminação do Coronavírus não seja contida com o isolamento social. Por isso, entre outras ações, precisamos nos empenhar ainda mais na orientação às pessoas para que fiquem em casa e evitem espalhar a doença para mais e mais cidadãos”.

Os deputados questionaram ainda se o Hospital de Campanha não poderia



Comissão de Enfrentamento ao Coronavírus da Assembleia do RN foi criada em sessão extraordinária. Objetivo é tra

ser feito no Centro de Convenções, e de acordo com Cipriano Maia, o local é de difícil acesso e segundo os estudos técnicos da Secretaria de Infraestrutura, seria mais oneroso financeiramente. Sobre o Hospital da Polícia, o secretário destacou que será priorizada a reabertura com instalação de UTIs e outros leitos, com previsão para a próxima semana.

Em relação aos Equipa-

mentos Proteção Individual (EPIs) para os profissionais da Saúde, Cipriano reforçou a importância dos mesmos e disse que o Governo está unido esforços para manter o abastecimento desses produtos. “Todo esforço está sendo feito, mas enfrentamos dificuldades, pois alguns profissionais acabam exigindo um tipo de máscara que deve ser utilizada apenas para o tratamento a pacientes

contaminados pela Covid-19”.

A quantidade de testes para o Coronavírus também entrou na pauta da reunião e segundo o secretário, há uma previsão de chegada de mais testes para o RN.

O deputado Sandro Pimentel falou da dificuldade em receber respostas do Governo do Estado sobre os questionamentos que foram apresentados na última semana e

ora o enfrentamento o Rio Grande do Norte

Eduardo Maia



Lhar na fiscalização e implementação de medidas eficazes de combate à Covid-19

de higiene, como a utilização da água encanada, por exemplo”.

De acordo com o texto do projeto, ainda que haja atraso no pagamento das faturas, as empresas não poderão interromper os serviços. E, após o final da crise, o pagamento das dívidas será negociado, ficando vedada a cobrança de juros e multa por atraso.

Outra iniciativa de Sandro Pimentel foi a disponibilização dos seus canais de comunicação para que os trabalhadores de serviços não essenciais denunciem seus empregadores em caso de obrigatoriedade indevida de comparecer ao trabalho, ou seja, desrespeito à quarentena.

“Os funcionários que precisam trabalhar em serviços essenciais, mas não estão recebendo equipamentos de proteção individual, por exemplo, também podem fazer sua denúncia através das redes sociais do nosso mandato”, explicou Sandro.

A comissão também recebeu ofício do deputado Alysson Bezerra (SDD), solicitando da comissão que oficie o Estado acerca das medidas para o município de Mossoró, que concentra hoje 75% dos óbitos ocasionados pelo Coronavírus no Rio Grande do Norte.

Francisco do PT relembrou a importância do abastecimento de água potável em todo o Estado, como grande aliado no enfrenta-

mento da pandemia, e citou projetos importantes que deveriam ser retomados no RN, como as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco e a retomada do programa “Águas do RN”, que pretende construir novas adutoras e integrar as existentes, para o equacionamento do abastecimento humano.

Francisco do PT também propôs que os R\$500 mil em emendas doados por ele, no final do ano passado, para a Saúde do RN, sejam remanejados para o combate ao Coronavírus.

O deputado encaminhou, ainda, ofícios: ao Banco Central, solicitando a suspensão automática, por 90 dias, de todos os empréstimos e financiamentos bancários, de todas as instituições, com remanejamento das parcelas para o fim do contrato; ao Ministério da Economia, requerendo a liberação imediata dos saldos de FGTS no limite de R\$ 6.101,06; e ao Governo do Estado, para negociar a suspensão da cobrança dos empréstimos consignados do Banco do Brasil pelo prazo de 90 dias, com o remanejamento das parcelas para o final do contrato.

Também membro da Comissão de Enfrentamento ao Coronavírus, o deputado Dr. Bernardo (Avante) propôs a contratação do Hospital São Luiz, em Mossoró, para tratar dos casos relacionados ao Coronavírus, no

Oeste Potiguar.

Após articulações junto aos Executivos estadual e municipal, Dr. Bernardo informou, na última quarta-feira (25), numa rede social, que “o Governo do Estado manifestou interesse e avançou com a diretoria do Hospital São Luiz”.

“Aguardamos a concretização desta iniciativa. Parceria pela saúde de milhares de potiguares residentes no interior, em meio à pandemia”, concluiu.

O deputado Kelps Lima (SDD), também preocupado com a questão da Covid-19 no Estado, enviou ao Executivo três sugestões de medidas para auxiliar no enfrentamento da doença e para evitar o colapso da economia do RN.

Primeiramente, o deputado pediu que fosse feita uma avaliação acerca de aproximadamente 67 produtos ligados à prevenção do Coronavírus, como luvas e álcool em gel, para que se estudasse a possibilidade de redução ou isenção de impostos sobre tais insumos.

“Em segundo lugar, eu peço que o governo, as prefeituras e a Assembleia Legislativa ativem seus Procons, para que eles fiscalizem e evitem que oportunistas aumentem em demasia os preços dos produtos que ajudam na prevenção do vírus. É preciso que haja uma força-tarefa fiscalizatória, a fim de que essas pessoas sejam multadas. Não se pode

admitir que a ganância se sobreponha à Saúde Pública”, detalhou Kelps.

A terceira sugestão do parlamentar foi que a governadora formasse um conselho, juntamente com o empresariado do Estado, para discutir medidas que evitem – ou minimizem – uma crise na economia do RN.

“Muita gente vai ficar desempregada ou sem renda, como é o caso dos informais. Os ambulantes que trabalham em Ponta Negra, por exemplo, perderam sua clientela da praia e de eventos, como jogos de futebol, shows, boates, missas. Então é necessário chamar as entidades econômicas para discutir quais medidas podem atenuar esses impactos. E, em sendo necessária aprovação do Parlamento, a gente se apresentaria a qualquer hora do dia ou da noite, imediatamente, para votar”, comprometeu-se o deputado.

Os parlamentares Getúlio Rêgo (DEM) e Tomba Farias (PSDB) também continuam engajados no combate à pandemia, com a apresentação de projetos de lei e requerimentos, assim como através de mensagens informativas em seus canais de comunicação com a população.

Uma nova reunião virtual acontecerá nesta quarta-feira (8), às 14h, e foram convidados para participar o presidente do Sindicato dos Médicos e da Unimed.

o secretário se comprometeu em acelerar as respostas. O parlamentar sugeriu ainda a importância da Comissão ouvir os secretários de Planejamento, Ação Social, Agricultura Familiar e os reitores da UFRN e UERN.

Entre as ações de combate à Covid-19, Sandro Pimentel (PSOL) vai protocolar um projeto de lei que proíbe as concessionárias de serviço público

de aumentar e suspender os fornecimentos de água, energia, gás e transporte coletivo, durante o estado de calamidade pública reconhecido pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Segundo o parlamentar, “o intuito do projeto é minimizar os impactos da crise do Coronavírus no orçamento familiar e garantir que as pessoas possam ter cuidados básicos

Em espera

Prazo para relatoria da Reforma da Previdência deve ser retomado dia 30

Relator, deputado Raimundo Fernandes (PSDB) aguarda a retomada dos trabalhos no legislativo potiguar para poder fechar o relatório que trata das 13 emendas dos parlamentares apresentadas em março, ainda antes da paralisação das atividades

Com a suspensão das atividades legislativas na Assembleia do Rio Grande do Norte, e consequentemente com o adiamento dos prazos regimentais a partir do dia 30 de abril - quando os trabalhos forem retomados - voltará a ser contado o prazo para o deputado Raimundo Fernandes (PSDB) concluir o relatório das 13 emendas dos deputados apresentadas em março na Comissão Especial que analisa o mérito da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 02/2020.

Os trabalhos legislativos foram suspensos no dia 18 de março por quinze dias. E, por decisão da Mesa Diretora, foi prorrogado até o dia 30 deste mês, por motivo de prevenção e segurança da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), respeitando os protocolos da Organização Mundial de Saúde, alinhado aos procedimentos do Congresso Nacional e demais Casas Legislativas Estaduais.

Com isto, o prazo que estava correndo até aquela data também ficou suspenso. “Restando 14 dias - quando os trabalhos forem retomados - para a Comissão votar o parecer do relator”, explicou o Procurador Geral da Assembleia Legislativa, Sérgio Freire.

A Proposta de Emenda Constitucional - PEC 02/2020 - foi encaminhada pelo Poder Executivo reformando a Previdência do Estado. Depois de instalada e eleitos o presidente, vice-presidente e designado o relator, a Comissão abriu o prazo de cinco dias para os deputados apresentarem emendas ao Projeto original, que terminou no dia 17 de março, quando foram recebidas 13 emendas, entre coletivas e individuais, encaminhadas pelos deputados Gustavo Carvalho (PSDB), George Soares (PL), Tomba Farias (PSDB), Cristiane Dantas



Procurador Geral da Assembleia, Sérgio Freire resalta que o prazo que corria para a apresentação do relatório também ficou suspenso por causa do decreto de calamidade

(SDD), Hermano Morais (PSB) e Albert Dickson (Prós) e subscritas por outros parlamentares.

EMENDAS COLETIVAS

Foram recebidas pela Comissão oito emendas coletivas, entre aditivas (uma), modificativa e aditiva (uma), e modificativas (seis). E cinco emendas individuais subscritas por outros deputados.

A aditiva acrescenta o Artigo 15-A ao texto da PEC, estabelecendo regras de transição. De acordo

com a emenda, o artigo recebe a seguinte redação: “Os municípios do Estado ficam autorizados a adotar por meio de Lei Ordinária de iniciativa do Poder Executivo para o seu Regime Próprio de Previdência Social, as mesmas normas de que tratam esta Emenda à Constituição”.

A modificativa e aditiva, uma altera a redação dos incisos I, II, III e IV e acrescenta o Inciso V ao parágrafo 1º do artigo 4º da Proposta. Os incisos passam a ter a

seguinte redação: I - “até um salário mínimo redução de seis pontos percentuais e meio; II - “acima de um salário mínimo até R\$ 2.500,00 redução de quatro pontos percentuais”; III - “de R\$ 2.500,01 até R\$ 6.101,06, redução de dois pontos percentuais; IV - “de R\$ 6.101,07 (seis mil, cento e um reais e sete centavos) até R\$ 15.000,00, sem acréscimos ou reduções”; V - “Acima de R\$ 15.000,00, acréscimo de dois pontos percentuais”.

Entre as seis modificativas,

uma altera a redação do inciso II do § 2º do artigo 3º da PEC, passando a ter esta redação - II “o servidor público cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde ou à integridade física, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, poderão aposentar-se aos 60 anos de idade, se homem e 55 anos de idade se mulher, com 25 anos de efetiva exposição e con-

Eduardo Maia



Eduardo Maia

A princípio, trabalhos na Assembleia do RN estão suspensos até o dia 30 deste mês

tribuição, 10 anos de efetivo exercício de serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

Outra altera o artigo 1º modificando a redação do parágrafo único do artigo 94-B da Constituição Estadual. O parágrafo de acordo a emenda passa a ter a seguinte redação: “Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionista incidirá sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o valor equivalente a R\$ 3.500,00, corrigidos pelo índice do Regime Geral da Previdência Social”.

Há uma emenda que altera a redação do § 1º do Artigo 11 da Proposta que passa a ter esta redação: “A pensão por morte do servidor que ingressou no serviço público até a data de promulgação desta emenda, que não tenha efetuado a opção prevista no Artigo 18 do artigo 29 da Constituição Estadual, e que não tenha optado pela regra prevista no caput, corresponderá totalidade dos proventos ou da remuneração a que fazia jus na data do óbito, até o valor máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescida de 60% da parcela excedente a esse limite”.

Já outra emenda coletiva altera a redação do Artigo 9º da Proposta de emenda à Constituição 02/2020 passando a ser redigida nos seguintes termos: “O servidor público estadual que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, cujas atividades tenham sido exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, desde que cumpridos, no caso do servidor, o

tempo mínimo de 20 anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 anos no campo efetivo em que for concedida a aposentadoria na forma dos Artigos. 57 e 58 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderão aposentar-se quando o total da soma resultante da sua idade e do tempo de contribuição forem, respectivamente 86 pontos e 25 anos de efetiva exposição para homens e 81 pontos e 25 anos de efetiva exposição para mulheres”.

Outra emenda coletiva modificativa dá nova redação ao §3º do Artigo 4º da PEC. § 3º “Os valores previstos no § 1º serão reajustados, a partir da data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, na mesma data e com o mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ressaltados aqueles vinculados ao salário mínimo, aos quais se aplica a legislação específica”.

Há também uma emenda coletiva subscrita por nove deputados que altera a redação do § 4º do Artigo 4º da Proposta de Emenda Constitucional. A propositura tem a seguinte redação: “A alíquota de que trata o caput, reduzida ou majorada nos termos do disposto no § 1º aplica-se à contribuição social dos servidores inativos e dos pensionista de quaisquer dos Poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações, e incidirá sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o limite de R\$ 3.500,00, hipótese em que será considerada a totalidade do valor do benefício para fins de definição das alíquotas aplicáveis, observando o disposto no parágrafo único, do art. 94-B da Constituição do Estado.

Emendas individuais

O deputado Hermano Moraes (PSB) apresentou uma emenda aditiva acrescentando ao § 11 do artigo 11 do Projeto de Emenda Constitucional, cuja redação é a seguinte: “O exercício da atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, não impede a concessão ou manutenção da cota independente da pensão de dependente com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave”, sob a justificativa que esse artigo disciplina regras sobre a concessão de pensão por morte a dependente de agentes públicos vinculados ao Regime Próprio da Previdência Social”.

O parlamentar registra que “com a promulgação da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, tornou-se juridicamente vedado restringir o direito de trabalho às pessoas com deficiência, inclusive aos portadores de deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave”.

Por sua vez, a emenda apresentada pela deputada Cristiane Dantas (SDD) acrescenta o § 24º ao Artigo 29 da Constituição Estadual, alterando o 1º da PEC, para dispor sobre o aproveitamento de tempo de serviço dos servidores efetivos e lotados no Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP-RN).

“Para o enquadramento nas classes dos servidores do Instituto Técnico-Científico de Perícia, para fins de aposentadoria e demais benefícios, será observado o tempo de efetivo exercício no governo do Estado, de sua investidura como servidor público estadual ou suas autarquias”, é a redação do § 24º.

A deputada justifica que “a emenda está sendo apresentada com o objetivo de

fazer justiça aos servidores originários, relotados e redistribuídos em 2010, bem como quando da Lei que instituiu o Estatuto do ITEP em 2015, todos com ficha funcional completamente fixada no Instituto para que tenham efetivamente seu tempo de serviço prestado computado para recebimento de eventuais benefícios, salvaguardando seus direitos.

Já a emenda entregue pelo deputado Albert Dickson (PROS) altera os parágrafos 1º e 2º do Artigo 2º da Constituição para adequar a transição e compensação do regime atual.

“Essa emenda se faz necessária para adequar melhor a transição dos servidores que ingressam a partir de 1º de janeiro de 2004 e que teriam, nas regras atuais, que cumprir a exigência de 15 anos de efetivo exercício no serviço público. Assim a elevação dos atuais 15 anos de efetivo exercício no serviço público para 16 anos, até o final de 2021, torna essa transição do regime atual para o novo mais justa e coerente para esses servidores”, justifica o deputado Albert Dickson.

A emenda apresentada pelo deputado George Soares (PL) modifica o Artigo 1º no trecho que modifica o parágrafo único, do Artigo 94-B da Constituição do Estado e o § 4º do Artigo 4º da Proposta de emenda Constitucional.

Pela proposta, o parágrafo único ficará assim redigido: “Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionista incidirá sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o valor equivalente a R\$ 3.050,53 (três mil e cinquenta reais e cinquenta e três centavos) corrigidos pelo índice do Regime Geral de Previdência

Social.

O § 4º será assim redigido pela emenda do deputado: “A alíquota de que trata o caput, reduzida ou majorada nos termos do disposto no § 1º, aplica-se à contribuição social dos servidores inativos e dos pensionistas de quaisquer dos Poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações, e incidirá sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o limite de R\$ 3.050,53 (três mil e cinquenta reais e cinquenta e três centavos) hipótese em que será considerada a totalidade do valor do benefício para fins de definição das alíquotas aplicáveis, observado o disposto no parágrafo único, do artigo 94-B da Constituição do Estado.

O deputado George Soares (PL) Apresentou uma emenda aditiva acrescentando ao Artigo 13-B com a seguinte redação: “Para os fins a que se referem os artigos 29, §6º da Constituição do Estado; Artigo 6º, §6º, e Artigo 7º, § 3º, desta Emenda, entende-se como tempo de efetivo exercício das funções de magistério aquele desempenhado em sala de aula, ou nas atividades de direção escolar, coordenação escolar e assessoramento pedagógico, desde que, em todos os casos seja em estabelecimentos de ensino infantil, fundamental ou médio.

Justifica o deputado que “a Emenda apresentada possui o objetivo de explicar quais as funções exercidas por profissionais da carreira do magistério que estariam incluídas nas regras especiais de aposentadoria previstas aos integrantes dessa carreira”.



Sem precisar quebrar o isolamento social, deputados estaduais participaram da sessão virtual realizada nesta terça-feira (7). Eles debateram e votaram projetos importantes para o enfrentamento ao novo coronavírus

Prevenção

Legislativo potiguar tem primeira sessão plenária virtual de sua história

Segundo o presidente Ezequiel Ferreira (PSDB), medida foi necessária para dar condições de o Parlamento debater e aprovar projetos importantes que podem auxiliar as ações de combate ao novo coronavírus sem desrespeitar o isolamento social

Assembleia Legislativa do RN

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte realizou nesta terça-feira (7), pela primeira vez na história do Parlamento Estadual, uma sessão plenária remota usando plataforma de videoconferência. Os deputados estaduais se reuniram pela internet para deliberar, discutir e votar projetos. O expediente presencial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte está suspenso desde o dia 18 de março até dia 30 de abril, como medida para evitar o avanço do novo coronavírus (Covid-19) no Estado.

O Brasil é o primeiro país no mundo a fazer votação remota em seu Parlamento. A Assembleia do RN segue o exemplo de outras Casas Legislativas pelo país, que já começaram a adotar a medida, como o próprio Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados regulamentou o Sistema de Deliberação Remota (SDR) este mês e está em uso, assim com o Senado. As Assembleias Legislativas de Espírito Santo, Florianópolis, Alagoas, Mato Grosso, São Paulo, Amapá, Paraná, Amazonas, Bahia, Santa Catarina, Ceará, Goiás são alguns dos exemplos que seguiram a mesma iniciativa.

A medida, segundo o presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), visa dar condições ao Parlamento para debater e aprovar projetos importantes que podem auxiliar as ações de combate à pandemia nesse período de isolamento social. “Estamos assegurando a tramitação de projetos de lei desenvolvidos pelos deputados estaduais e as medidas adotadas pelo Legislativo no Rio Grande do Norte, preservando a saúde dos parlamentares, servidores e população, minimizando os riscos das sessões presenciais”, observa Ezequiel.



À distância, presidente Ezequiel Ferreira comanda a sessão plenária realizada remotamente. Foi a primeira vez na história da Assembleia Legislativa do RN que isso aconteceu

Tecnologia, segurança e treinamento

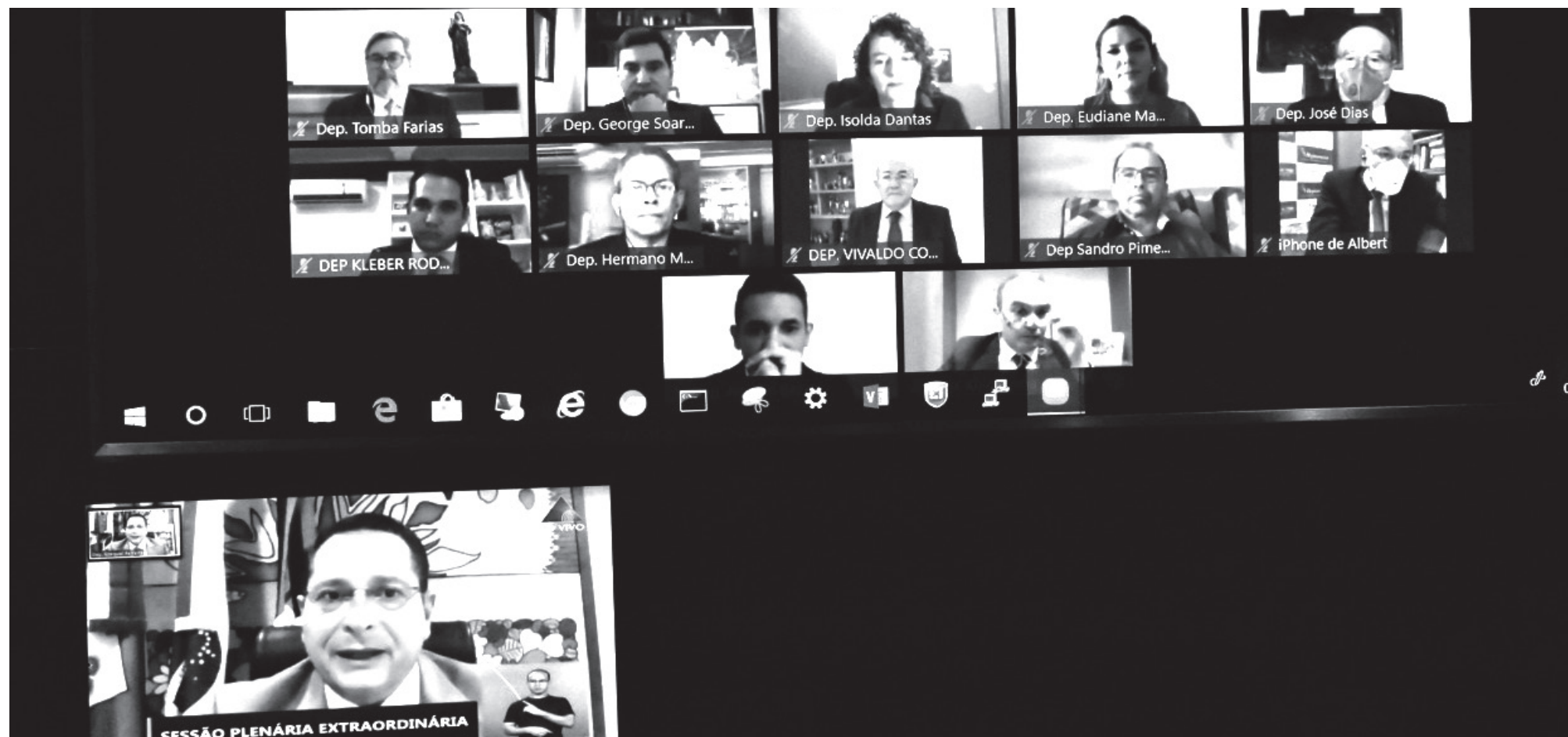
De acordo com o diretor de Gestão Tecnológica da Casa, Mario Sérgio Gurgel, pelos procedimentos instituídos no SDR, serão admitidos pronunciamentos referentes ao tema pautado, pelo prazo improrrogável de 5 minutos, de acordo com o Regimento Interno. Semana passada, os deputados estaduais

passaram por treinamento online e cadastramento do equipamento para instalar o aplicativo desenvolvido internamente pela Diretoria de Gestão Tecnológica da Assembleia potiguar - aprovado de acordo com as regras do Senado Federal. Além do SDR, a Diretoria de Gestão Tecnológica

desenvolveu um aplicativo com senhas criptografadas e reconhecimento facial, elevando a segurança cibernética e jurídica ao processo legislativo de votação.

Os 24 deputados da Casa podem participar das sessões plenárias através de qualquer dispositivo digital, sejam eles desktops, notebooks, tablets

ou mesmo smartphones. A Assembleia Legislativa manterá o protocolo durante a sessão virtual de modo a dar acesso à população ao que é deliberado entre os parlamentares. As sessões serão transmitidas pela TV Assembleia, no canal aberto 51.3, no site da ALRN e nas redes sociais @assembleiarn.



Sessão plenária virtual realizada nesta terça-feira (7) pelo Legislativo potiguar reconheceu estado de calamidade pública em 29 municípios em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)

Covid-19

AL reconhece calamidade em 29 cidades

Votação dos Projetos de Decretos Legislativos de calamidade pública aconteceu neste terça-feira (7) em sessão remota

A Assembleia Legislativa declarou calamidade pública em 29 cidades do RN. A votação dos Projetos de Decretos Legislativos de calamidade pública aconteceu neste terça (7) em sessão remota que durou mais de 2 horas e contou com 22 deputados.

Os municípios são Apodi, Afonso Bezerra, Angicos, Baía Formosa, Barcelona, Baraúna, Boa Saúde, Campo Redondo, Ceará Mirim, Doutor Severiano, Extremoz, Lagoa de Pedras, Macaíba, Monte Alegre, Monte das Gameleiras, Natal, Pau dos Ferros, Santa Cruz, Santana do Matos, São José do Campestre, São Miguel, São Rafael, Serra Caíada, Serra do Mel, Serrinha, Taipu, Umarizal, Upanema e Vera Cruz.

“Entre os desafios que iremos enfrentar, precisamos conscientizar a nossa população que ficar em casa

ainda é a melhor solução. Vamos seguir firmes, respeitando o isolamento social e acreditando que tudo vai passar”, salientou o presidente da ALRN, Ezequiel Ferreira (PSDB).

Durante a discussão da matéria, foi reforçada a necessidade da população potiguar permanecer em suas casas. Os deputados ainda externaram preocupação com a economia estadual, o risco de contaminação dos profissionais da saúde, o sustento das minorias e as soluções que estão sendo apresentadas.

Para os deputados Kleber Rodrigues (PL), Hermano Moraes (PSB), Cristiane Dantas (SDD), Francisco do PT, Souza Neto (PSB), Eudiane Macedo (Republicanos) e Vivaldo Costa (PSD) a aprovação dos decretos de calamidade dá segurança para que os gestores trabalhem no

combate à Covid-19. “Significa que, uma vez aprovado, o município tem maior segurança jurídica e liberdade para assistir à população carente”, ressaltou Vivaldo Costa.

A deputada Isolda Dantas (PT) destacou a peculiaridade da situação para todas as gerações de parlamentares que compõem a ALRN e destacou a importância das ações contemplarem a economia. “Eu não entro na dicotomia ‘vida x economia’”. Não podemos separar uma coisa da outra. Cuidar da saúde e cuidar da economia é cuidar de pessoas”, disse. Os deputados Kelps Lima (SDD) e Gustavo Carvalho (PSDB) também se manifestaram sobre o tema.

A união dos deputados foi pauta da discussão. “Quero destacar o trabalho constante dos deputados e a unidade da classe política para que

possamos amenizar o sofrimento do povo no nosso estado”, disse Ubaldo Fernandes (PL). “Todos nós somos soldados nessa guerra. É uma realização ver que os deputados da Casa estão esquecendo os interesses políticos para lutar pelo povo do RN”, disse José Dias (PSDB).

A situação das cidades de Mossoró, Assu e Santa Cruz foram destacadas pelos deputados Dr. Bernardo (Avante) e Allyson Bezerra (SDD), George Soares (PL) e Tomba Farias (PSDB), respectivamente. Sandro Pimentel (PSOL) e Eudiane Macêdo chamaram a atenção para a população mais carente. “Um total de 10% da população de Natal vive em favelas. Essas pessoas preocupam”, disse Sandro.

Médicos, os deputados Getúlio Rêgo (DEM), Alberto Dickson

(PROS) e Galeno Torquato (PSD) destacaram a atuação dos profissionais da saúde e a necessidade de “dar as mãos” para que todos possam se preparar para os próximos dias, quando está previsto o aumento do número de casos da doença. O deputado Coronel Azevedo (PSC) destacou o esforço dos profissionais da segurança e entregadores, que seguem trabalhando.

Boletim divulgado pela Secretaria da Saúde nesta sexta (7) mostra que o RN tem 254 pessoas contaminadas pela Covid-19. Além disso, 8 mortes já foram registradas e 2.430 casos são suspeitos em 135 cidades.

Para tramitação dos expedientes a Assembleia Legislativa disponibilizou o e-mail secleg@al.rn.br. A próxima sessão remota da ALRN será no dia 14 de abril.

Educação

Aulas da rede pública estadual serão exibidas pela TV Assembleia

Além da emissora, as aulas serão exibidas em tempo real pelo site al.rn.leg.br e pelas redes sociais @assembleiarn. Previsão é que, já neste mês de abril, a programação passe a exibir diariamente aulas com carga horária correspondente a três horas

A pandemia do coronavírus tem alterado o cotidiano das pessoas e dos serviços públicos. Nesta terça (7), gestores da educação e o presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PSDB), assinaram convênio para a exibição de aulas da rede pública de ensino através da TV Assembleia, no 51.3 canal aberto.

“O esforço precisa ser coletivo, e por isso o Legislativo também sugere alternativas para minimizar os efeitos do distanciamento social e calendário de aulas dos alunos do Rio Grande do Norte”, comentou o presidente Ezequiel.

A previsão é que, já neste mês de abril, a programação da TV Assembleia passe a exibir diariamente aulas com carga horária correspondente a três horas, contemplando conteúdo educativo de alunos do Ensino Básico e Fundamental, da Rede Pública de Ensino.

O convênio - elaborado pela Procuradoria Geral da Assembleia e Secretaria de Educação - foi assinado pela Assembleia Legislativa (através da Fundação Djalma Marinho), a Secretaria Estadual da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e Sindicato das Escolas Particulares.

“A TV Assembleia está pronta para exibir o material produzido pela Secretaria de Educação. Estamos todos juntos, apoiando esse momento tão difícil para todos”, destaca Bruno Giovani, gerente da TV Assembleia.

A constatação de que o ano letivo está prejudicado pelo coronavírus é uma das realidades para o secretário estadual de Educação, Getúlio Marques. Mas nem todas as esferas da pandemia são negativas. Para o secretário, a aproximação com os sindicatos



Convênio para a transmissão das aulas da rede pública de ensino pela TV Assembleia foi elaborado pela Procuradoria Geral da Assembleia e a Secretaria Estadual de Educação

A TV Assembleia está pronta para exibir o material produzido pela Secretaria de Educação. Estamos todos juntos, apoiando esse momento tão difícil para todos”

Bruno Giovani

Gerente da TV Assembleia

das escolas estaduais, entidades, órgãos e poderes, como a ALRN representa um ganho para os próximos anos. “Estamos aprendendo a nos reinventar. A escola está sempre em movimento e os conteúdos educativos apresentados em novo formato, podem ser novas ferramentas para nós, gestores de educação. Agradecemos o empenho do presidente da Assembleia, Ezequiel em disponibilizar a tv aberta (de fácil acesso a maioria dos alunos) para facilitar o aprendizado e a continuidade das aulas na rede de ensino do RN”, garante.

Pelo prognóstico do gestor, serão beneficiados quase 1 milhão de alunos que estão estudando em casa. “Vamos combater o Corona-

vírus com distanciamento e reorganizar o ano letivo”, comenta.

Alexandre Marinho, presidente do Sindicato das Escolas Particulares, destaca que a união será fundamental para equilíbrio da educação. A preocupação com a interrupção, férias e até manutenção das aulas nas escolas particulares também foram temas comentados na reunião. “Temos questões como a inadimplência e o cancelamento de matrículas que ainda estão sendo pontos de reflexão. Além disso, a questão do recesso no período escolar e a possível volta coordenada das aulas (iniciando com a educação infantil) também nos deixa em alerta”, descreve Alexandre.

O presidente da Fundação Djalma Marinho, Júlio César Queiroz destaca que a cobertura do sinal da TV Assembleia está presente em 88% dos municípios do Rio Grande do Norte. “E estamos no processo de expansão do sinal da TV legislativa estadual, para atender a totalidade das regiões também no interior do Estado”, argumenta.

Preocupação também externa da pelo presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação, Alexandre Soares. “Enaltecer a Assembleia pelo grande apoio, rapidez no processo e encaminhamento das demandas fundamentais para todos, como é a educação de crianças e jovens”, comenta.

Eduardo Maia

A HORA É DE
UNIR FORÇAS
E CUIDAR DE
QUEM PRECISA

No combate ao novo coronavírus, a Assembleia Legislativa do RN destina **R\$ 2 milhões** para implantação de leitos de UTI no Hospital da Polícia Militar e para a compra de equipamentos de proteção individual para servidores da saúde, segurança e a população atendida nos hospitais regionais, referenciados para a COVID-19. São recursos próprios, de cortes nas despesas e projetos.

Acesse al.rn.leg.br e siga @assembleiarn    



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa